



REDE  
TEMPO  
BRASIL



Boletim do Tempo Presente - ISSN 1981-3384

## **Interloquções entre a transposição do Rio São Francisco e o Projeto da Central Nuclear do Nordeste: das megalomanias aos megaempreendimentos**

---

Anne Gabriele Alves Guimarães<sup>I</sup>  
Ingrid Tereza de Moura Fontes<sup>II</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende problematizar o modelo de desenvolvimento latino-americano que é lastreado nos chamados megaempreendimentos, projetos que conjugam investimentos públicos e privados e visam “transformar” determinados territórios em rotas de consumo. Tais empreendimentos compartilham de um fetiche megalomaniaco, ou seja, da necessidade de “ser grande”, movimentando a economia capitalista de extração.

**Palavras-chaves:** Rio São Francisco; megaempreendimentos; desenvolvimento.

### **Interlocutions between the transposition of the São Francisco River and the Northeast Nuclear Power Plant Project: from megalomanias to mega-enterprises**

**Abstract:** This article aims to problematize the Latin American development model that is based on the so-called mega-ventures, projects that combine public and private investments and aim to “transform” certain territories into consumption routes. Such ventures share a megalomaniac fetish, that is, the need to “be big”, moving the capitalist economy of extraction.

**Keywords:** São Francisco River; mega-enterprises; development.

# INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS MEGAEMPREENHIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

## **Introdução**

O modelo de desenvolvimento latino-americano é lastreado nos chamados megaempreendimentos, projetos que conjugam investimentos públicos e privados e visam “transformar” determinados territórios em rotas de consumo. Tais empreendimentos compartilham de um fetiche megalomaniaco, ou seja, da necessidade de “ser grande”, movimentando a economia capitalista de extração.

A forma como esses projetos são operacionalizados no Sul global traz consequências socioambientais gravíssimas, pois provocam impactos nos modos de vida de comunidades tradicionais, as quais enxergam o território como ancestralidade e pertencimento. O que ocorre, então, é uma ruptura do “local” para dar lugar ao que se pretende “global”, tendo em vista que o sistema capitalista - desenvolvimentista e extrativista - mercantiliza, explora e destrói a Natureza (homem e meio ambiente) em escala planetária.

Neste sentido, o presente trabalho intenta relacionar a Transposição do Rio São Francisco e o Projeto da Central Nuclear do Nordeste, considerando que são megaprojetos da Região Nordeste, cujos objetivos escusos se relacionam às engenhosidades do capital. A Transposição, iniciada em 2007, veio com o intuito de trazer segurança hídrica à Região, conhecida pelos longos períodos de estiagem e seca. Já a Central Nuclear - ainda em fase de discussão - surge visando movimentar a economia da cidade de Itacuruba/PE, cuja baixa densidade demográfica justifica a ideia de tornar a localidade pujante economicamente.

Pretende-se, então, analisar as duas obras sob a ótica (neo)extrativista, entendendo de que modo este padrão desenvolvimentista (e capitalista) interfere na vida de comunidades historicamente vulnerabilizadas. Como objetivos específicos, propõe-se a investigar como se manifesta o modelo de desenvolvimento neoextrativista na Transposição do Rio São Francisco e no Projeto da Central Nuclear do Nordeste; e identificar como a busca por um desenvolvimento econômico e imediatista pode refletir na distribuição desigual do risco ecológico no Nordeste de Pernambuco.

A pesquisa possui como referencial teórico autores como Acosta (2016), Escobar (2005), Glass (2016), Lang (2016) e Rolnik (2015). A justificativa ao presente trabalho reside nas pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq) e pelo Programa Direitos em Movimento (DIMO/UPE).

No tocante à natureza desta pesquisa, introduz-se uma abordagem qualitativa, uma vez que utiliza dados em busca do seu significado, no intuito de compreender os fenômenos propostos dentro do seu contexto. Utilizam-se ainda os tipos de pesquisa bibliográfico, descritivo-explicativo e exploratório, permitindo uma análise mais diversificada dos fenômenos selecionados (Transposição do Rio São Francisco e Projeto da Central Nuclear do Nordeste).

## **O padrão desenvolvimentista extrativista liberal**

O desenvolvimento, em princípio, é um processo natural. Afinal, plantas, animais e humanos se desenvolvem a partir de uma semente, de um ovo ou de um embrião até que se alcance a maturidade. Para a natureza, este é um processo cíclico. Tal simbolismo, entretanto, acabou servindo de inspiração ao presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, o qual lançou ao mundo o binômio “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento”<sup>III</sup>, dotado de conotação discriminatória.

INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA  
CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS  
MEGAEMPREENDIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

Há múltiplas razões para se desfazer do “desenvolvimento” como referente positivo, sobretudo quando se analisa a relação geopolítica e histórica entre o Norte e o Sul globais, a saber: o modo de vida dos países industrializados do Norte “só é possível por causa das relações coloniais – históricas e atuais”<sup>IV</sup>.

Assim, a modernidade se esforça para ocultar a importância da localização geopolítica (ou espacialidade) para o seu surgimento, adotando uma perspectiva linear e universalista, contribuindo com a disseminação de uma epistemologia hegemônica, singular e excludente<sup>V</sup>.

Em suma, a meta do chamado padrão desenvolvimentista é incluir territórios, notadamente aqueles não permeados pelas lógicas capitalistas (como é o caso dos territórios tradicionais), aos circuitos de acumulação de capital, transformando cidadãos em consumidores. Está-se diante de uma grande máquina de expansão do consumo capitalista, ratificada pelos governos. Estes últimos, por sua vez, impulsionam o “desenvolvimento” moderno segundo os ditames neoliberais.

O neoliberalismo, por sua vez, consiste em um conjunto de processos econômicos, políticos e culturais que permitem a um pequeno número de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social. As consequências dessas políticas são as mesmas em todos os lugares: crescimento da desigualdade socioeconômica, aumento marcante da pobreza absoluta entre as nações e uma bonança sem precedentes para os ricos<sup>VI</sup>.

Reitera-se que o desenvolvimento acima mencionado reflete necessariamente na manutenção de uma sociedade de risco. Esta surge através das transformações advindas dos fenômenos da globalização, a qual é responsável por introduzir o risco nas sociedades contemporâneas de forma irremediável<sup>VII</sup>. As teorias acerca da globalização também são responsáveis por produzir uma marginalização significativa do ‘lugar’.

Para Escobar<sup>VIII</sup>, o “lugar” pode ser compreendido como experiência de uma localidade específica, envolvendo um grau de enraizamento e conexão com a vida diária, sendo imprescindível na vida das pessoas que o habitam. Todavia, o lugar teve sua importância diminuída (para a sociedade em geral) a partir da globalização. Este enfraquecimento, por outro lado, não ocorre de forma isolada, uma vez que as consequências ocasionadas refletem diretamente na compreensão da cultura, do conhecimento, do meio ambiente e da própria economia. O desenvolvimento significa, para muitas populações, “um rompimento do lugar, mais profundo como jamais visto”<sup>IX</sup>.

Nesse sentido, é possível afirmar que o desenvolvimento econômico está diretamente atrelado à distribuição desigual dos perigos trazidos por ele. As desigualdades sociais mencionadas relacionam-se intrinsecamente às desigualdades ecológicas. Os impactos causados pelos megaprojetos desenvolvimentistas são partilhados tanto em termos de incidência quanto de intensidade, constatando-se que recaem de forma incongruente sobre as populações de maior vulnerabilidade econômica e sobre os grupos étnicos e raciais, cujo poder de influência na tomada de decisões acerca dessa temática é reduzido<sup>X</sup>.

No tocante ao grau de exposição aos danos causados por grandes construções, as comunidades camponesas e tradicionais sofrem de forma mais direta e imediata, pois na maioria das vezes, a instalação de megaempreendimentos neoextrativistas é feita no interior (ou nas proximidades) de territórios tradicionais. Dessa forma, em sociedades desiguais, do ponto de vista socioeconômico, a maior carga dos impactos ambientais provocados pela estratégia desenvolvimentista - extrativista e neoliberal - fincado nas raízes capitalistas de exploração e saque, de apropriação e rapina, de contínua submissão do Sul ao Norte global. É, portanto, um fenômeno antigo, mas revestido de novos aspectos, entre eles a globalização.

## INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS MEGAEMPREENDIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

### **Das megalománias aos megaempresendimentos**

O Brasil é um país de superlativos.<sup>XI</sup> É sob este lema que se constroem os chamados megaempresendimentos, verdadeiras expressões materiais da lógica desenvolvimentista, pautados em uma transformação do modelo político de governo, agora forjado sob a captura contratual dos fundos públicos a partir de estruturas de gestão com participação de investidores/empresiteiras.<sup>XII</sup>

O modelo político de governo neoliberal transforma as políticas públicas em megaempresendimentos, sendo seus impactos sociais desastrosos ao invisibilizar modos de vida, possibilidades, pessoas e futuros. Contemporaneamente, vale salientar, os projetos neoextrativistas representam fortemente a economia brasileira, seja através da extração de minérios e de petróleo, como também por meio de atividades agrárias, florestais ou pesqueiras, da produção de biocombustíveis ou da construção de megaempresendimentos.<sup>XIII</sup>

### **Transposição do Rio São Francisco**

Como exemplo de megaprojeto, tem-se a Transposição do Rio São Francisco, também conhecido como Velho Chico, sendo conhecido pela sua extensão e relevância. Por ser o único rio perene do Nordeste Setentrional, propicia agricultura irrigada, pecuária e pesca, o que o torna responsável pela subsistência das comunidades em seu entorno.<sup>XIV</sup>

A Transposição é um megaempresendimento em andamento, sob a responsabilidade da federação, com o objetivo de direcionar parte das águas do Rio para o Semiárido nordestino, caracterizado pelo clima seco e pela imprevisibilidade e má distribuição do volume de precipitações de chuvas ao longo do tempo.<sup>XV</sup>

Fala-se que a segurança hídrica para a região semiárida brasileira está entre os principais benefícios de tamanha obra. O aumento do abastecimento das áreas secas culminaria na elevação da produção de alimentos e na queda da mortalidade de rebanhos, o que favoreceria diretamente a vida no campo.

Entretanto, após 15 anos, o cenário é outro: nas regiões afetadas pela Transposição, os impactos socioambientais são evidentes. O megaprojeto tem promovido uma série de agressões à vida das pessoas que vivem ou viviam nas comunidades rurais por onde passam os canais. Existem relatos de doenças psíquicas, indenizações irrisórias, deslocamentos forçados das famílias camponesas (desterritorialização), violência de gênero e uso de drogas, gerando mudanças drásticas de modos de vida.<sup>XVI</sup>

Os danos se relacionam à fauna, à flora, ao solo e aos valores culturais de modo geral. As ações compensatórias oferecidas no início do projeto não se concretizaram. Além de prejuízos ao meio ambiente e das promessas não cumpridas, problemas como investimentos em empresendimentos particulares e perdas de acesso a alguns locais antes transitáveis estão na lista das consequências negativas. Conta-se que uma das condicionantes no julgamento do Ministério Público para instalação da obra seria o avanço do processo de demarcação da terra, o que não ocorreu.<sup>XVII</sup>

Outro aspecto já apontado é a intervenção direta deste megaprojeto na vida das pessoas. Destaca-se, com preocupação, o índice de mulheres, sobretudo adolescentes, que tiveram gravidez indesejada e ficaram sem a assistência dos pais das crianças, os soldados do Exército e trabalhadores das empresiteiras. A proliferação do uso de drogas ilícitas nas comunidades rurais localizadas no entorno dos canteiros de obras e quadros de depressão também constam nos relatos.<sup>XVIII</sup>

INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA  
CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS  
MEGAEMPREENDIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

O discurso que justifica a Transposição do Rio São Francisco, assim como os demais superlativos brasileiros, é uma das mais perversas manifestações do colonialismo interno “que permeia não apenas as políticas de Estado do governo, mas o imaginário de uma numerosa parcela predominantemente urbana da sociedade brasileira”<sup>XXIX</sup>.

A falácia de que o “desenvolvimento” da nação exige seus sacrifícios – desde que os sacrificados sejam os outros, os *invisíveis* – ocorre em um contexto em que as previsões dos instrumentos de controle (EIA/RIMA, por exemplo) geralmente não são cumpridas. Assim o foi com a Transposição e continua se repetindo com o projeto da Central Nuclear, exposto a seguir.

### **Projeto da Central Nuclear do Nordeste**

Neste tópico, propõe-se a análise do projeto de instalação da Central Nuclear do Nordeste às margens do Rio São Francisco, no município de Itacuruba/PE, localizado no Sertão de Itaparica. O megaprojeto, idealizado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), possui capacidade para a construção de até seis usinas nucleares, onde a primeira delas teria sua operação iniciada em 2022 e a última, em 2030. A “nova” Itacuruba, como ficou conhecida, é um município reconstruído pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), a fim de abrigar a população da “velha” cidade, inundada em 1988 em razão da instalação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Itaparica – conhecida também como Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga<sup>XX</sup>.

Trata-se de um empreendimento projetado nos anos 2000 e que, em 2006 ganhou certo destaque ao ser retomada a discussão do Plano Nuclear Brasileiro (PNB). Com este, foram iniciadas diversas obras de investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) no Nordeste<sup>XXI</sup>. Acalorou-se, no Brasil, a discussão acerca da energia nuclear, acarretando, inclusive, na publicação do Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030), também ao longo dos anos 2000. No entanto o acidente nuclear ocorrido na Central de Fukushima (Japão) em março de 2011 – mesmo ano em que havia sido publicado o projeto “Central Nuclear do Nordeste” – serviu para instaurar um silêncio por parte do Governo Federal no tocante à instalação do megaempreendimento<sup>XXII</sup>.

A discricção estatal sobre esse assunto durou até 2017, uma vez que em 2018 retomou-se o debate sobre a questão nuclear em Itacuruba. Em julho do mesmo ano, o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro (CDPNB) – vinculado ao Palácio do Planalto – já havia elaborado uma proposta para a ampliação de geração de energia nuclear no país, aumentando, com isso, a exportação de urânio e dinamizando a mineração deste setor<sup>XXIII</sup>.

Nesse aspecto, é importante mencionar que a cidade abarca os Territórios Tradicionais de seis grupos étnicos: Negros de Gilu, Ingazeira e Poço dos Cavalos - que se reconhecem como quilombolas; Pankará no Serrote dos Campos, Tuxá Campos e Tuxá Pajeú - que se reconhecem como indígenas<sup>XXIV</sup>.

Os moradores de Itacuruba serão diretamente afetados pelas alterações ambientais propiciadas pela implantação do megaprojeto, como já o foram anteriormente com a instalação da UHE de Itaparica, em 1988. Uma população que, ao final da década de 1980, era composta por mais de oitenta mil pessoas e atualmente é estimada em 4.966 indivíduos<sup>XXV</sup>, corre o risco de, novamente, sofrer danos irreparáveis em nome do “desenvolvimento econômico”. As investidas desenvolvimentistas não são algo novo no município, principalmente no tocante à área energética. Trata-se de um movimento de assédio e de ameaças veladas contínuas aos cidadãos, os quais se veem encurralados e desassistidos pelo Estado.

INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA  
CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS  
MEGAEMPREENDIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

A noção de justiça ambiental, que importa em uma distribuição igualitária dos danos a todos os indivíduos, é deixada de lado nos casos citados. Os resultados de transformação do meio ambiente através da implantação de megaempreendimentos – principalmente quando são praticados por grandes grupos econômicos – afetam mais profundamente as comunidades camponesas tradicionais. Dessa forma, “terra, água, território, liberdade e memória são os fundamentos da vida dessas comunidades; e são, exatamente, essas dimensões de sua vida que foram violadas e, frequentemente, apagadas na região”<sup>XXVI</sup>.

Os moradores do município já ouviram mais de uma vez a respeito do caminho do desenvolvimento pelo Rio São Francisco. Na década de 1970, com a implantação do Sistema Itaparica (compreendido como um conjunto de ações relativas à geração de energia elétrica e ao reassentamento compulsório das famílias em razão da UHE de Itaparica), a população já fora ludibriada com a ideia do crescimento econômico e do progresso da região<sup>XXVII</sup>.

Os assédios, iniciados na referida época, duram até os dias atuais, pois está sendo produzida pelos entes estatais, a invisibilidade dos sujeitos afetados, refletida no quadro de vazio demográfico, criado a partir de um “descaso planejado” que recaiu sobre Itacuruba. Consoante Scott<sup>XXVIII</sup> *apud* Silva<sup>XXIX</sup>, a noção de “descaso planejado” surge com os procedimentos administrativos adotados para o reassentamento compulsório pela CHESF somados aos insucessos das medidas mitigadoras. De acordo com o autor, as adversidades enfrentadas nos procedimentos já estavam previstas nas instruções dos documentos de planejamento.

Dessa forma, percebem-se as estratégias adotadas pelo governo no intuito de desmoralizar os agentes sociais, investindo em um abandono planejado e em uma consequente incorporação burocrática. Não obstante, as populações e comunidades tradicionais existem e resistem frente aos ataques sofridos. Os conflitos socioambientais envolvendo a Central Nuclear do Nordeste, apesar da tentativa de silenciamento e de sigilo, crescem cada vez mais e denunciam os assédios sofridos e os direitos violados, incluindo-se a ausência de consulta prévia, livre e informada<sup>XXX</sup>.

Um exemplo de resistência a ser citado é a Articulação Sertão Antinuclear, entendida como um campo de ações políticas de povos tradicionais, especificamente voltado para uma unidade de mobilização antinuclear que desponta em Pernambuco. A Articulação objetiva canalizar manifestações públicas que indiquem ao restante da sociedade as problemáticas socioambientais e também tecnológicas que um megaprojeto dessa natureza traz. Além disso, atua como um contraponto aos argumentos utilizados por técnicos e por planejadores sobre o vazio demográfico da região e sobre possíveis benesses que recairão sobre as populações impactadas. Assim, apesar da visão estatal deturpada, o Sertão de Itaparica resiste, ainda que sob a lente dos estigmas sociais, do vazio demográfico e da miséria<sup>XXXI</sup>.

### **À guisa da conclusão...**

O interesse estatal em investir na implantação de megaempreendimentos no Nordeste não é um fato isolado. Criaram-se, para isso, estereótipos de que essa região é atrasada e carente de investimentos. Idealizou-se também uma população uniforme (apesar de o Nordeste ser composto por nove estados), miserável, analfabeta, preguiçosa e que precisa de salvação.

É importante que esses estereótipos se multipliquem e se espalhem pelo país a fim de justificar o fato de grandes empresas privadas e do Estado voltarem seus olhares a essa região tão “necessitada”. Nesse sentido, a Transposição e a Central Nuclear se apresentam como tábuas de salvação, proporcionando um imenso crescimento econômico e a modernização das áreas

INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA  
CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS  
MEGAEMPREENHIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

selecionadas para recebê-los. O resultado obtido, no entanto, é a incorporação de um processo de sofrimento e de adoecimento calculado, o qual afeta diretamente a segurança dos indivíduos impactados.

É defendido, pelo Governo Federal, um modelo de desenvolvimento violento que desrespeita os vínculos concebidos entre povo e território, que desconsidera a história e a relação construída entre as famílias camponesas e ribeirinhas com o Rio São Francisco e que contribui diretamente ao apagamento dos espaços de memória, de tradição e de ancestralidade das comunidades.

Com a Transposição, os indivíduos foram deslocados compulsoriamente de suas propriedades devido à passagem dos canais. Neste processo, há um afastamento entre os sujeitos e seu saber originário, entre os sujeitos e o espaço, entre os sujeitos e o tempo. O desmonte dos modos de produção familiar parece tangenciado por um mecanismo que obedece ao formato padrão de implantação de grandes obras desenvolvimentistas nos territórios locais.

O projeto da Central Nuclear, por sua vez, corrobora com a denominada injustiça ambiental, uma vez que as comunidades tradicionais de Itacuruba/PE serão afetadas de forma direta e imediata pelos impactos ocasionados pelo megaprojeto. Essa situação envolve processos e estratégias sociais e políticas responsáveis por distribuir de forma desigual a proteção ambiental.

Analisar a Transposição do Rio São Francisco e o projeto da Central Nuclear do Nordeste como megaempreendimentos, frutos das relações entre Estado e agentes privados, significa evidenciar seus impactos socioambientais. Isto porque estas obras megalomaniacas vêm apontando para efeitos devastadores sobre a vida e a autonomia de grupos de pessoas, principalmente de comunidades tradicionais historicamente vulnerabilizadas.

Nota-se, diante do cenário descrito, certo intento de subverter as regiões semiárida e sertaneja ao contexto econômico nacional e internacional do agronegócio. Por isso, frisa-se a necessidade de aprofundar o entendimento sobre o desenovelar das escolhas políticas nos territórios atingidos e suas repercussões na vida das famílias camponesas desterritorializadas compulsoriamente.

## Notas

<sup>I</sup> Pós-graduada em Direito Público (ASCES/UNITA). Graduada em Direito (UPE - *Campus* Arcoverde). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq). E-mail: annegabrielebj@hotmail.com.

<sup>II</sup> Mestranda em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH/UFPB). Bolsista Fapesq. Pós-graduada em Administração Pública e Direito Legislativo (UPE - *Campus* Arcoverde). Graduada em Direito (UPE - *Campus* Arcoverde). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade (GEPT/UPE/CNPq). E-mail: ingrid.moura.f.12@gmail.com.

<sup>III</sup> (LANG, 2016).

<sup>IV</sup> (LANG, 2016, p. 28).

<sup>V</sup> (MALDONADO-TORRES, 2008).

<sup>VI</sup> (CHOMSKY, 2002).

<sup>VII</sup> (FONTES, 2021).

<sup>VIII</sup> (2005).

<sup>IX</sup> (ESCOBAR, 2005, p. 63).

<sup>X</sup> (MENDES; TYBUSCH, 2017).

<sup>XI</sup> (GLASS, 2016).

<sup>XII</sup> (ROLNIK, 2015).

INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA  
CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS  
MEGAEMPREENHIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

<sup>XIII</sup> (ACOSTA, 2016).

<sup>XIV</sup> (CARTA EDUCAÇÃO, 2017).

<sup>XV</sup> (SUASSUNA, 2002).

<sup>XVI</sup> O documentário “Invisíveis” (2017) apresenta um apanhado de depoimentos e imagens sobre as populações vulnerabilizadas nos territórios de abrangência do projeto de Transposição do Rio São Francisco. Disponível em: <https://beirasdagua.org.br/item/invisiveis/>.

<sup>XVII</sup> (COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2017).

<sup>XVIII</sup> (COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 2017).

<sup>XIX</sup> (GLASS, 2016, p. 422).

<sup>XX</sup> (SILVA; FIALHO, 2020).

<sup>XXI</sup> (SILVA; FIALHO, 2020).

<sup>XXII</sup> (SILVA, 2019).

<sup>XXIII</sup> (SILVA; FIALHO, 2020).

<sup>XXIV</sup> (SILVA; FIALHO, 2020).

<sup>XXV</sup> (SILVA; FIALHO, 2020).

<sup>XXVI</sup> (FAVERO, 2015, p. 411).

<sup>XXVII</sup> (SILVA, 2019).

<sup>XXVIII</sup> (2009).

<sup>XXIX</sup> (2019).

<sup>XXX</sup> “A Convenção n. 169 da OIT dispõe que, sempre que uma medida ou ato administrativo ou legislativo do Estado possa ocasionar dano ou ameaça de dano a direitos, o povo afetado deve ser consultado previamente para oferecer seu consentimento. Determina o artigo 6º que os povos devem ser consultados mediante procedimentos apropriados através de suas instituições representativas” (SOUZA FILHO et al, 2019, p. 30).

<sup>XXXI</sup> (SILVA; FIALHO, 2020).

### Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016. p. 47-85.

ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CAMELO, Ana Paula. **Participação pública em políticas energéticas em debate**: estudo de caso em torno da energia nuclear no Brasil. Sinais, Vitória - Brasil, n. 21/1, p. 109-131, jan-jun. 2017.

CARTA EDUCAÇÃO. **Entenda a transposição do Rio São Francisco**. 2017. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/reportagens/entenda-a-transposicao-do-rio-sao-francisco/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**: neoliberalismo e ordem global. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COMBATE RACISMO AMBIENTAL. **Pesquisa da Fiocruz expõe vulnerabilização das comunidades e povos atingidos pela Transposição do São Francisco em PE**. 2017. Disponível

INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA  
CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS  
MEGAEMPREENDIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

e

m:

<https://racismoambiental.net.br/2017/03/31/pesquisa-da-fiocruz-expoe-vulnerabilizacao-das-comunidades-e-povos-atingidos-pela-transposicao-do-sao-francisco-em-pe/>. Acesso em: 10 mai. 2020.

COPETTI, Camila; LOTTERMANN, Osmar. Em busca da justiça ambiental e do desenvolvimento sustentável na sociedade de risco. **Desenvolvimento em Questão**, v. 8, n. 15, p. 133-152, jan./jun. 2010.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Colección Sur Sur. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FAVERO, Celso Antônio. “Vocês mataram nosso rio!” Os grandes empreendimentos e a produção da morte do Rio São Francisco. **Revista InSURgência**, Brasília, v. 1, n. 2, 2015.

FONTES, Ingrid Tereza de Moura. Opará contra a morte nuclear: uma análise do projeto da Central Nuclear do Nordeste enquanto estratégia neoextrativista para aceleração do desenvolvimento econômico. In: **IV Congresso Pernambucano de Ciências Jurídicas**, 2021. Anais do Congresso Pernambucano de Ciências Jurídicas. Arcoverde: Universidade de Pernambuco, 2021. v. IV.

GLASS, Verena. O desenvolvimento e a banalização da ilegalidade: a história de Belo Monte. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário.** Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016. p. 405-424.C

GONÇALVES, Claudio Ubiratan; MALVEZZI, Roberto. Opará cansado de guerra: de rio mar de todos os povos à política do progresso seletivo dos desenvolvimentistas. **Terra Livre**, v. 37, n. 2, p. 157-166, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades. **Itacuruba.** Panorama. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/itacuruba/panorama>. Acesso em: 01 jun. 2021.

LANG, Miriam. Introdução: alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Orgs.). **Descolonizar o imaginário.** Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2016. p. 25-44.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, mar. 2008.

MENDES, Luís Marcelo; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. A justiça ambiental como instrumento

INTERLOCUÇÕES ENTRE A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO DA  
CENTRAL NUCLEAR DO NORDESTE: DAS MEGALOMANIAS AOS  
MEGAEMPREENHIMENTOS

GUIMARÃES, A. G. A

FONTES, I. T. M.

---

no combate a distribuição desigual do risco ecológico em sociedades ditas periféricas. **Revista de Direito e Sustentabilidade**, Maranhão, v. 3, n. 2, p. 71-89, jul/dez. 2017.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das